

Aliou-se ainda ao encontro um conjunto de outras actividades de carácter cultural e científico, como a inauguração de uma exposição de fotografia de Luís Pavão – “Castelos da Ordem de Santiago” –, a realização de um recital de canto e piano, por Isabel Biu e Fernando Fontes, com obras de Haendel e Verdi e, por fim, o lançamento das seguintes obras: *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média* de Maria Cristina Pimenta, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)* de Fernanda Olival e *As Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*.

Maria Leonor F. O. Silva Santos
Maria Filomena Andrade



A NOVA LISBOA MEDIEVAL: NOVOS OLHARES SOBRE A VELHA CIDADE

Os colóquios do Núcleo Científico de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa correm o risco de tornar-se, no breve espaço de um par de anos em funcionamento, um dos casos mais sérios de interdisciplinaridade no panorama do medievalismo português. Depois da festa, dos animais ou da habitação, *A Nova Lisboa Medieval* foi desta vez o alvo de um vasto conjunto de palestras – duas tardes por semana, entre os passados 10 e 25 de Janeiro – seguidas sempre, na medida do (tempo) possível, por um debate entre os participantes e o público. Pretendia-se fazer um ponto da situação dos conhecimentos actuais e das políticas de património neste terreno, e daí as mesas redondas: uma no início, com António Borges Coelho, Iria Gonçalves, Irisalva Moita e Cláudio Torres; outra no fim, com a ex-vereadora Maria Calado, o técnico do arquivo camarário Miguel Gomes Martins e o delegado regional do IPPAR Clementino Amaro. Mas o principal objectivo era divulgar a investigação mais recente sobre a matéria, habitualmente encerrada no limbo académico das teses ou dos trabalhos especializados, e daí as comunicações sobre arqueologia e urbanismo, economia e sociedade, arte e literatura, e – claro está – religião.

Nem tudo o que se disse tocou de perto a história religiosa, objecto primário desta crónica. No entanto, a passagem da época islâmica à época cristã e os seus reflexos no ordenamento dos locais sagrados mereceram a atenção dos intervenientes na mesa redonda inaugural, por exemplo, ou de António Rei, que analisou as vicissitudes da toponímia árabe na região lisboeta, ou ainda de Rodrigo Banha da Silva, a quem coube apresentar os resultados das recentes escavações na Praça da Figueira. A ocupação contínua dos mesmos territórios pelas sucessivas fés vitoriosas foi, aliás, sublinhada por estes dois investigadores no painel *Sítios e lugares*, com destaque para os cemitérios e templos suburbanos. Vejam-se os casos da Graça, onde Afonso Henriques terá instalado o seu acampamento durante o cerco de 1147 e, segundo a tradição, estaria enterrado o primeiro bispo da cidade, S. Gens, ou de Nossa Senhora de Alcamim, protectora moçárabe dos

caminhos, como o híbrido nome indica, que será substituída à saída da cidade pelo triunfante, nórdico e igualmente viário S. Cristóvão.

De resto, a apropriação do espaço por instituições eclesiásticas foi também abordada na sessão *Bens e poderes* (dia 17), em que Isabel Branquinho e Joaquim Bastos Serra analisaram a propriedade respectivamente do mosteiro de S. Vicente de Fora e da colegiada de Santo Estêvão de Alfama, enquanto Pedro Picoito, uma semana depois, apresentaria uma leitura antropológica das fontes relativas à conquista cristã, equiparando-a a um rito de passagem e de consagração da cidade.

O dia 11 seria, porém, reservado à temática religiosa (*Crenças e devoções*, com uma ampla introdução de Aires Augusto Nascimento), embora também aí muitas pontes tenham sido lançadas para outra margens.

A descrição, por Ana Maria Jorge, do heterodoxo clima doutrinal da diocese no período visigótico fez lembrar, de imediato, idênticas características de autonomia político-religiosa apontadas por Cláudio Torres, no dia anterior, à Lisboa muçulmana. Consequências de uma integração periférica no mundo mediterrânico que a mudança de 1147 virá a trocar por novas influências culturais, agora da Europa atlântica? A pergunta ficou por fazer, uma vez que os seus destinatários, ao contrário de godos e mouros, acabaram por não se cruzar.

Melhor sorte teve o confronto entre as intervenções seguintes: a de Odília Gameiro sobre o culto dos mártires paleocristãos Veríssimo, Máxima e Júlia, oragos de Santos o Velho, e a de Gilberto Moiteiro sobre o culto do Santo Condestável, fundador e estrela principal do Convento do Carmo. O facto de estes jovens historiadores se basearem em fontes semelhantes – os respectivos “livros de milagres” – permitiu comparar as duas devoções. Enquanto na primeira, ligada pelo menos desde o século IX a uma comunidade moçárabe sem poder, os miraculados têm sobretudo origem rural e periurbana, já na segunda, mais moderna e relacionada com o apoio do maior concelho do País à nova dinastia, eles são provenientes dos bairros ribeirinhos e mercantis à volta do Carmo, por então o decisivo eixo de desenvolvimento lisboeta.

O que indicia preferências religiosas distintas para distintas realidades urbanas: não só a identidade das freguesias citadinas e dos seus arredores “saloios” passaria pela escolha dos padroeiros, como esta mostraria também a evolutiva relação de forças na cidade e no reino. Na verdade, se o subtítulo de Gilberto Moiteiro era justamente “Uma nova devoção na cidade dos reis de Avis”, Odília Gameiro, por seu turno, sugeriu que a cronologia dos milagres registados em Santos mostraria a resposta das comendadeiras à ascensão dos cultos concorrentes de S. Vicente (fim do século XII), dos Mártires de Marrocos (século XIV) e do próprio Nun`Álvares (século XV). Através da história hagiográfica, eis como a própria geografia histórica se revela.

Nesta mesma linha dos “santos populares”, e embora apresentada quase duas semanas depois (dia 24), talvez seja de incluir no lote das crenças e devoções a palestra de Armando Pereira sobre o efémero culto do cruzado alemão Henrique de Bona. Exemplo local do novo tipo de mártires que a recém-importada ideologia da guerra santa faz nascer entre nós durante o século XII, há sinais abundantes do fervor de que seria objecto entre os monges de S. Vicente de Fora, mosteiro onde foi enterrado juntamente com os seus compatriotas mortos no cerco de 1147. O quase absoluto silêncio que se segue, porém, a estas primeiras notícias faz suspeitar ou do forte impacto da chegada das relíquias vicentinas a Lisboa ou da falta de peso político e cultural da comunidade germano-flamenga que, depois de colaborar na conquista, por cá teria ficado.

De qualquer modo, parece indispensável aprofundar os conflitos de todo o género que acompanharam a trasladação do corpo de S. Vicente de Sagres para o Tejo, dos quais a áspera disputa entre o mosteiro homónimo, tido por reduto do moçarabismo, e a Sé, em que pontificaria a influência inglesa, é o episódio mais visível e mal explicado. Seria também elucidativo, muito provavelmente, estudar o vínculo paralelo, mas na zona ocidental da cidade, entre a popularidade de Santos e do Carmo e a discreta memória da necrópole anglo-normanda de Santa Maria dos Mártires, fundada em condições em tudo semelhantes às de S. Vicente de Fora. São informações que nos ajudariam a conhecer um clima religioso marcado por ventos de todos os quadrantes – e a que poderíamos chamar multicultural, se a palavra não estivesse um pouco gasta.

Voltando ao dia 11, Lurdes Rosa completou o espectro sociológico da piedade medieval lisboeta com a análise da fundação de capelas entre 1400 e 1521, adiantando algumas conclusões de um trabalho mais vasto. Já se sabia que a instituição de sufrágios fúnebres perpétuos era apanágio, pelo seu próprio custo, dos mais eminentes membros do clero, da nobreza cortesã, do funcionariado régio ou da alta burguesia, isto é do patriciado da urbe. Também se sabia que, sobre esta sólida base económica, se erguia o pilar institucional das redes biológicas ou espirituais de parentesco (linhagens, morgadios, confrarias, comunidades monásticas) que, pela sua continuidade, asseguravam a memória dos sufragados. Mas o cruzamento da documentação disponível, das fontes narrativas e dos dados arqueológicos permitiu descobrir, além disso, que as 178 capelas referenciadas em Lisboa no período em causa são apenas uma parcela das provavelmente existentes, que nos faltam muitos elementos sobre o termo da cidade ou que há uma verdadeira explosão de fundações por volta de 1470.

O tempo foi demasiado breve para seguir algumas destas pistas, que merecem ser retomadas – e serão, sem dúvida – por uma investigação que promete muitas respostas porque soube fazer muitas perguntas. (Dois exemplos. O curioso pico pós-1470 está, e de que forma, e através de que grupos sociais, relacionado com a dinâmica da expansão ultramarina? E a escassez de referências ao termo pode associar-se à progressiva centralização do poder político e, portanto, à concentração física cada vez mais permanente das elites portuguesas na capital?)

Uma semana depois, a questão seria indirectamente abordada no painel *Templos e túmulos*, consagrado à história da arte. Além das sínteses de Maria João Neto sobre “a reinvenção medieval” da Sé no século XX e de Catarina Villamariz sobre o mesmo espaço e a arquitectura claustral, Carla Fernandes lançou algumas “propostas de leitura plástica e iconográfica” da escultura funerária aí instalada. A interpretação alegórica da figura do cão aos pés de numerosas estátuas jacentes – de colo para as senhoras, de caça para os homens, como se pode ver nos sarcófagos trecentistas de Lopo Fernandes Pacheco e da sua mulher Maria de Vilalobos – provocou aceso diálogo. Não menos, aliás, do que a hipótese de que Afonso IV, precisamente o suserano desse aristocrata, teria feito da capela-mor o principal lugar de memória do Salado em Portugal. O que contraria (ou complementa?) a voz corrente que apontava tal função à Sé de Évora, de onde o Bravo partiu para a batalha, como atesta a célebre lápide ainda hoje visível no pórtico, e onde, no regresso, mandou construir a capela da Vera Cruz, depósito da relíquia a que se atribuiu a vitória e cenário de missas e procissões comemorativas.

Uma coisa é certa: seja qual for a ligação ao histórico combate, Afonso IV teve um cuidado especial com aquele recanto da catedral lisboeta, escolhendo-o para sepultar-se em túmulo que representaria numa das faces o martírio de S. Vicente (sabemo-lo pelo

testemunho da escrita, já que o da pedra não sobreviveu ao terramoto de 1755). A mensagem implícita, conclui Carla Fernandes, era a de uma semelhança quase mitológica entre Afonso Henriques, conquistador da cidade e responsável pela trasladação dos restos do padroeiro para a Sé, e o seu homónimo descendente, novo vencedor dos mouros e refundador do templo pela deslocação dessas mesmas relíquias para a capela-mor. Pena foi, também neste caso, que a incoincidência de datas tenha impedido o cruzamento certamente frutuoso com outras abordagens do assunto, em particular com a de Lurdes Rosa.

Contudo, se a dispersão pode parecer uma fraqueza organizativa, por um lado, pode, por outro, ser vista como uma vantagem científica. Afinal, não se consegue falar de tudo ao mesmo tempo e o objectivo do colóquio era dar ao público uma imagem actualizada da Lisboa medieval sob os diversos ângulos em que a investigação tem incidido nos últimos anos. O público (pelo menos o que escreve esta crónica) é da firme opinião que o objectivo foi alcançado.

Pedro Picoito



D. MANUEL E A SUA ÉPOCA. III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES

De 24 a 27 de Outubro de 2001, realizou-se em Guimarães o “III Congresso Histórico de Guimarães”, subordinado ao tema “D. Manuel e a sua época”. A organização esteve a cargo da Câmara Municipal daquela cidade e do Núcleo de Estudo da População e Sociedade da Universidade do Minho. A iniciativa deu atempada continuidade ao II Congresso, realizado em 1996, que encerrou um hiato temporal bem maior, pois o I tivera lugar em 1979. É objectivo da organização manter a actual periodicidade, o que só se pode louvar, dadas as conhecidas dificuldades em organizar reuniões desta envergadura. Com efeito, e esta é uma primeira nota positiva, os organizadores têm conseguido reunir um número considerável de investigadores, organizar secções abrangentes e, por fim, oferecer uma boa logística e um vasto programa sócio-cultural paralelo. O Sr. Presidente do Congresso e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães deixaram no final as promessas de novo congresso em 2008, com tema ainda a determinar, bem como de rápida edição das Actas, em melhores condições que as do II Congresso. Fazemos voto de que tais auspícios se concretizem.

O Congresso articulou-se em quatro secções, cada uma a cargo de um coordenador: 1ª secção, “administração e justiça” (Humberto Baquero Moreno); 2ª secção, “Igreja e assistência” (José Marques); 3ª secção, “População, sociedade e economia” (Maria Norberta Amorim e Ana Maria Rodrigues); 4ª secção, “Arte e cultura” (Fausto S. Martins). Os estudos sobre história religiosa concentraram-se sobretudo na segunda secção, como seria de esperar. No entanto, como referiremos, também nas outras foram apresentadas importantes comunicações neste âmbito.